

Colonialismo em África: um outro olhar para o sistema de dominação eurocêntrico

Eduardo Antonio Bonzatto

Doutor em História Social
Professor de História Contemporânea
Universidade do Estado do Amazonas
E-mail: eabonzatto@ig.com.br

RESUMO: este trabalho tem como premissa básica a consideração de que o passado está aberto a novas interpretações, sempre. Para tanto, precisamos de hipóteses e metodologias adequadas a essa reabertura. No caso específico do período que trato aqui, o colonialismo europeu para a África mais especificamente, tenho como hipótese de que foi uma necessidade muito mais interna dos problemas enfrentados pelas elites dos países da Europa Ocidental com suas próprias populações e de que a ideologia proporcionou uma primeira aliança entre essas elites e seus respectivos proletariados. Para isso, utilizo-me de fragmentos, de uma intertextualidade que expande o universo interpretativo e produz um diálogo cheio de ruídos.

PALAVRAS-CHAVE: Dominação; ideologia; empoderamento.

O fardo do homem branco: “ouvi de alguns homens brancos e de alguns soldados as mais repulsivas histórias. O antigo homem branco (eu me sinto envergonhado de minha cor todas as vezes em que penso nele) se postava na porta do armazém para receber a borracha dos pobres-coitados trêmulos, que, depois de semanas de privações nas florestas, tinham ousado chegar com o que foram capazes de coletar. Quando um homem trazia menos que a porção apropriada, o homem branco encolerizava-se e, tomando um rifle de um dos guardas, fuzilava-o na hora.

Raramente a quantidade de borracha aumentava, mas um ou mais eram fuzilados na porta do armazém ‘para fazer os sobreviventes trazerem mais da próxima vez’. Homens que tentavam fugir do país e tinham sido apanhados foram trazidos para a estação e enfileirados um atrás do outro e uma bala *albin* era disparada através deles. ‘Uma pena desperdiçar cartuchos nesses miseráveis’, dizia ele”.

CARROL JR., Harry. *The development of civilization*.
Nova York, Scot Foreman, 1966.

Introdução

Duas estátuas construídas com quase dois mil anos de distância tem algo em comum. *O Antínoo*, de Adriano, reproduzida à exaustão durante boa parte do reinado de Adriano na Roma imperial, para expressar sua paixão por um jovem que ninguém sabe a história e, já no final do século XIX, “a voz interior” de Rodin, também conhecida como “a meditação sem braços”.

A questão que se coloca diante da obra, de imediato, refere-se à sua comparação com *O Pensador*. Por quê a *Meditação* não tem braços enquanto *O Pensador* está íntegro em sua solene curvatura?

Especulo e vasculho a mente de Rodin, que gostava tanto do inacabado, do fragmentado que a destruição produz.

A especulação é, antes de tudo, um espéculo, um espelho de mim no obscuro do escultor, algo que projeto rumo ao incógnito de sua dimensão difusa. E sua validade é, por isso mesmo, incerta.

Nesse sentido, está tão distante de mim quanto a misteriosa relação de Adriano, nas brumas da velha Roma.

Vivendo o tempo justo do pensamento, a escultura de *O pensador*, completa de seu gesto parece, antes de tudo, irônica. O esforço denunciado pela musculatura tensa reduz o pensamento a um esforço edificante, a uma realização. Mas, como em *O Inominável*, esse livro de Samuel Beckett de um só parágrafo, a intenção ficou aprisionada na armadura de bronze pela eternidade.

Enquanto que a *Meditação*, em sua trajetória imperativa, já se desgastou, e em seu movimento ruinoso ficou suspensa sem os membros superiores. Ainda assim, não há exaustão.

Assim como o *Antínoo* é uma expressão do amor de Adriano, a *Meditação* sem braços é uma ode ao simples, ao feminino que a razão dura não corrompeu e não imobilizou (presa pelos braços, preferiu deixá-los a deixar-se aprisionar).

Rodin sentia o engessamento do cotidiano e se contrapunha àquele que era, afinal, o seu oposto: Michelangelo, fundador dos acabados e dos completos, com uma única exceção, quase um descuido.

Quanto a Adriano, sua expressão é sinal da vastidão extemporânea de um tempo sem limites, que nossa imaginação sequer alcança.

A partir desse momento, a história que encaminha os grandes acontecimentos da Europa passa a ser uma decisão de Estado, portanto responde a uma lógica própria. Resta-nos tão somente entender suas motivações. Os homens sofrem suas conseqüências e respondem a ela, como podem.

Vamos entender sua lógica.

Fragmento I: Interpretação positiva.

Em linhas gerais, o que sabemos sobre o imperialismo está contido no texto a seguir com certa riqueza de detalhes.

As mudanças na estrutura da produção industrial foram tão aceleradas a partir de 1870 que se pode falar de uma Segunda Revolução Industrial. É a época em que se usam novas formas de energia: eletricidade, petróleo; de grandes inventos: motor a explosão, telégrafo, corantes sintéticos; e de intensa concentração industrial. A grande diferença em relação à primeira fase da Revolução Industrial era o estreito relacionamento entre ciência e técnica, entre laboratório e fábrica. A aplicação da ciência se impunha pela necessidade de reduzir custos, com vistas à produção em massa. O capitalismo de concorrência foi o grande propulsor dos avanços técnicos.

Novas fontes de energia foram substituindo o vapor. Já se conhecia a eletricidade por experiências em laboratório: Volta em 1800 e Faraday em 1831. O uso industrial dependia da redução do custo e, acima de tudo, da transmissão a distância. O invento da lâmpada incandescente por Edison em 1879 provocou uma revolução no sistema de iluminação.

Já se usava o petróleo em iluminação desde 1853. Em 1859, Rockefeller havia instalado a primeira refinaria em Cleveland. Com a invenção do motor a combustão interna pelo alemão Daimler em 1883, ampliou-se o uso do petróleo.

A primeira fase da Revolução Industrial tinha se concentrado na produção de bens de consumo, especialmente têxteis de algodão; na segunda fase, tudo passou a girar em torno da indústria pesada. A produção de aço estimulou a corrida armamentista, aumentando a tensão militar e política. Novas invenções permitiram aproveitar minerais mais pobres em ferro e ricos em fósforo. A produção de aço superou a de ferro e seu preço baixou. O descobrimento dos processos eletrolíticos estimulou a produção de alumínio.

Na indústria química, houve grande avanço com a obtenção de métodos mais baratos para produzir soda cáustica e ácido sulfúrico, importantes para vulcanizar a borracha e fabricar papel e explosivos. Os corantes sintéticos, a partir do carvão, tiveram impacto sobre a indústria têxtil e reduziram bastante a produção de corantes naturais, como o anil.

O desenvolvimento dos meios de transporte representou uma revolução à parte. A maioria dos países que se industrializavam elegeu as ferrovias como o maior investimento. Elas empregavam 2 milhões de pessoas em todo o mundo em 1860. No final dessa década, somente os Estados Unidos tinham 93.000 quilômetros de trilhos; a Europa, 104.000, cabendo 22.000 à Inglaterra, 20.000 à Alemanha e 18.000 à França. A construção exigiu a mobilização de capitais, através de bancos e companhias por ações, e teve efeito multiplicador, pois aqueceu a produção de ferro, cimento, dormentes, locomotivas, vagões. O barateamento do transporte facilitou a ida dos trabalhadores para as vilas e cidade. Contribuiu, assim, para a urbanização e o êxodo rural. As nações aumentaram seu poderio militar, pois podiam deslocar mais depressa suas tropas. Ninguém poderia imaginar tal mudança quando Stephenson construiu a primeira linha em 1825, de Stockton a Darlington, na Inglaterra.

Depois que Fulton inventou o barco a vapor em 1808, também a navegação marítima se transformou. As ligações transoceânicas ganharam impulso em 1838, com a invenção da hélice. Os clíperes, movidos a vela, perderam lugar para os novos barcos, que cruzavam o Atlântico na linha Europa-Estados Unidos em apenas dezessete dias.

A crise de 1873-1896 tem explicação estrutural. A organização dos trabalhadores, isto é, o aparecimento dos sindicatos nacionais, resultou em

aumento real de salários entre 1860 e 1874. Por isso os empresários preferiram investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. De um lado, produção e lucros se mantiveram; de outro, declinou a massa global de salários pagos, determinando a recessão do mercado consumidor. Os capitais disponíveis não poderiam ser investidos na Europa, pois a produção aumentaria e os preços cairiam. Teriam de ser aplicados fora, através de empréstimos com juros elevados ou na construção de ferrovias.

A crise eliminou as empresas mais fracas. As fortes tiveram de racionalizar a produção: o capitalismo entrou em nova fase, a fase monopolista. Sua característica é o imperialismo, cujo desdobramento mais visível foi a expansão colonialista do século XIX.

No plano político, cada estado europeu estava preocupado em aumentar seus contingentes militares, para fortalecer sua posição entre as demais potências. Possuindo colônias, dispunham de mais recursos e mais homens para seus exércitos. Tal era a política de prestígio, característica da França, que buscava compensar as perdas na Europa, especialmente a Alsácia-Lorena, para os alemães. Ter colônias significava ter portos de escala e abastecimento de carvão para os navios mercantes e militares distribuídos pelo planeta.

Já os missionários se encaixavam nos fatores religiosos e culturais. Eles desejavam converter africanos e asiáticos. Havia gente que considerava mesmo dever dos europeus difundir sua civilização entre povos que julgavam primitivos e atrasados. Tratava-se mais de pretexto para justificar a colonização. Uma meta dos evangelizadores era o combate à escravidão. Dentre eles, destacavam-se Robert Moffat e Livingstone. Suas ações, em suma, resultaram na preparação do terreno para o avanço do imperialismo no mundo afro-asiático.

Também teve importância o movimento intelectual e científico. As associações geográficas chegaram a reunir 30.000 sócios, 9.000 somente na França. Famosos exploradores abriram caminho da mesma forma que os missionários: Savorgnan de Brazza, Morton, Stanley, Karl Peterson, Nachtigal. É importante notar o desenvolvimento de ideologias racistas que, partindo das teorias de Darwin, afirmavam a superioridade da raça branca.

Em 1830, a França invadiu a África e iniciou a conquista da Argélia, completada em 1857. Dez anos mais tarde, Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso ao colonialismo ao reunir em Bruxelas, um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para difundir a civilização ocidental – dizia o rei; mas os interesses eram econômicos. Dali resultaram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do Congo. Leopoldo era um dos principais contribuintes das entidades, financiadas por capitais particulares.

Outros países europeus se lançaram à aventura africana. A França, depois da Argélia, rapidamente conquistou a Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, Costa Francesa dos Somalis e Madagascar. A Inglaterra dominou o Egito, Sudão Anglo-Egípcio, África Oriental Inglesa, Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental Alemã. A Itália conquistou Eritreia, Somália Italiana e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a Espanha ficou com o Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e Guiné Espanhola; Portugal com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa.

O ponto de partida para a corrida foi a Conferência de Berlim (1884-85), proposta por Bismarck e Jules Ferry. Seu objetivo principal foi legalizar a posse do Congo por Leopoldo II.

Em 1914, 60% das terras e 65% da população do mundo dependiam da Europa. Suas potências tinham anexado 90% da África, 99% da Oceania e 56% da Ásia. (ARRUDA, PILETTI, 1996, 236-9)

Quando saía da Conferência de Berlim¹, em 28 de fevereiro de 1885, Lord Lugard pronuncia aquela que seria a frase chave para todas as interpretações advindas do Imperialismo europeu de fins do século XIX. A voz da autoridade foi seguida meticulosamente, como se fosse a verdade, e nenhum historiador que conheço a retrucou.

A partilha da África deve-se essencialmente, estamos todos de acordo quanto a isso, à necessidade econômica de aumentar o fornecimento de matérias-primas e de víveres para saciar as necessidades das nações insatisfeitas da Europa. (Lord Lugard, 1885, Apud: CANEDO, 1994, 18)

A literatura sobre isso é vasta. Apresento aqui os seguintes autores que referendam esta exposição, embora todos os outros que tratam do assunto o façam nessa mesma direção. As possíveis exceções serão aqui igualmente apresentadas:

BRUSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1974.
HERÉ, Jacques (org.). História contemporânea. São Paulo: Círculo do livro, sd. Capítulo XVI. O Império Alemão, p. 315- 328.
WESSILING, Henk, L. Dividir para dominar. A partilha da África. (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora Revan, 1998.
LEROY-BELAIEU, Paul. (1843-1916) De la Colonisation chez les peuples modernes (Sobre a colonização entre os povos modernos), 1874. Esse autor era um economista influente e, acima de tudo, o principal propagandista colonial da França.
HERNADEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, s/d.
FERRO, Marc (org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
Texto de M'Bokolo, Elikia. África Central: O tempo dos massacres.

Fragmento II: Sinais sutis.

Contudo existem sinais fortes de que este é um caminho que demonstra uma vez mais o papel dos historiadores como funcionários a serviço do poder.

De um lado, o colonialismo destruía estruturas tradicionais, mas ao mesmo tempo, exportava enorme contingente de europeus, aqui apresentados como um excedente cujos inconvenientes estavam vinculados aos problemas de movimentos revolucionários em toda Europa Ocidental.

Sobretudo, que esse contingente exercia, seja na África, no Oriente ou na Ásia, enorme poder sobre as populações locais.

A ocupação das colônias criou sérios problemas administrativos, pois os colonos vindos da metrópole queriam terras, o que só seria possível se eles as tomassem dos habitantes do país. Foi o que fizeram. Os europeus confiscaram as terras

¹ A vida de Bismarck, amigo pessoal de Napoleão III, pode ser interessante indicativo desse plano.

diretamente ou usaram regiões em disponibilidade ou, ainda, forçaram tribos nômades a fixar-se em territórios específicos. Para encorajar a colonização, a metrópole concedeu a exploração das terras a particulares ou a grandes companhias que tivessem condições de realizar grandes empreendimentos, de rendimento elevado.

Para evitar toda concorrência, a metrópole só permitia indústria extrativa, mineral e vegetal. Mesmo assim, a indústria colonial progrediu, impulsionada pela abundância de matéria-prima e mão-de-obra.

A colonização, na medida em que representou a ocidentalização do mundo, destruiu estruturas tradicionais, que muitas vezes não se recompuseram, e nada construiu em seu lugar. Na Índia, o artesanato desapareceu. No Congo, os belgas obrigaram as populações nativas a executar trabalhos forçados e a pagar impostos. Na Argélia, a fim de liberar mão-de-obra, os franceses destruíram a propriedade coletiva do solo e o trabalho comunitário, o que levou muitas pessoas à fome e à indigência. (ARRUDA, PILETTI, 1996, 240)

Havia, ainda, as colônias de povoamento, ligadas ao problema do crescimento demográfico europeu que dobrou em sessenta anos. Essas colônias deveriam resolver o problema da incapacidade da Europa em alimentar mais bocas e não poder oferecer trabalho a um contingente grande de pessoas que a revolução industrial e a técnica agrícola estavam dispensando. Na África, elas deram origem a situações e conflitos particularmente agudos (Argélia, Rodésia, África do Sul, Angola, Moçambique e Quênia). Isso porque os colonizadores aí expropriaram as terras dos camponeses. Além disso, nesse tipo de colônia, as minorias européias ocupavam posições sociais e econômicas dominantes e afastavam os autóctones até mesmo das funções administrativas mais subalternas. Os funcionários subalternos eram brancos, e todos os brancos, fossem empregados, fossem operários, recebiam salários mais elevados do que os trabalhadores negros. (CANEDO, 1994, 24)

Fragmento III: Alguns números incômodos.

Quando apresentamos os números das vítimas dessa experiência, muita coisa vem a tona:

A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da rápida e violenta ruptura das instituições básicas da vítima (se a força é ou não usada no processo, não parece, absolutamente, relevante). Essas instituições são rompidas pelo fato mesmo de uma economia de mercado ser impingida a uma comunidade de organização completamente diferente; o trabalho e a terra são transformados em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas uma fórmula curta para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural em uma sociedade orgânica. As massas indianas na segunda metade do século XIX não morreram de fome porque eram exploradas por Lancashire; pereceram em grande número porque tinha sido destruída a comunidade de aldeia indiana. (Polanyi, Karl. *The Great Transformation*. 1944. Apud: DAVIS, 2002, 20)

E podemos afirmar com igual convicção que todas as mortes pela calamidade da fome no século XX e ainda agora, não pereceram por outra razão que pelo fato de ter sido destruída a comunidade de aldeia que por séculos conseguira um equilíbrio de sobrevivência em vastas regiões da terra.

O número de mortes apresentados a seguir não se refere a estas outras megamortes causadas pela destruição de um modo de vida, mas são fruto de um primeiro contato, digamos, de uma ordenação que colocava hordas de proletários europeus com mais do que o direito de matar o diferente, mas com a obrigação, pautados pelos discursos ideológicos de luta entre a civilização e a barbárie.

Estimativa da mortalidade:

Índia 1876-79: 10,3 milhões; 1896-1902: 19 milhões.

China 1876-79: 20 milhões; 1896-1900: 10 milhões.

Brasil 1876-9: 500 mil.

Sudão 1876-1900: 15 milhões.

Etiópia 1885-1900: 15 milhões.

Congo Belga 1885-1900: 8 milhões. (DAVIS, 2002, 17)

Estamos falando de mais de 100 milhões de mortos? Aqui os números estão subestimados. Segundo esse mesmo autor, mais de 150 milhões de pessoas morreram entre os poucos anos que separam a conferência de Berlim e o raiar do século XX. Ou seja, nos 20 e poucos anos que se seguiram, mais de 150 milhões de mortes. Por que? Pensemos na racionalidade necessária para produzir um holocausto como esse, que, estranhamente, não consta da lista de crimes contra a humanidade e sequer é mencionado nos estudos sobre o assunto.

Fragmento IV: Outras leituras e interpretações sobre o tempo.

Quando pensamos que, no Congo, onde a catástrofe foi maior, os funcionários coloniais cobiçavam basicamente o marfim para produzir, na Bélgica, pentes, bolas de bilhar e teclas de piano, tomamos um susto. A busca por matérias primas não poderia assumir um custo tão alto.

Até 1914, de modo predominante, a Europa era pré-industrial e pré-burguesa, com suas sociedades civis profundamente radicadas em economias de agricultura baseada no trabalho prolongado, manufatura de bens de consumo e pequeno comércio. Reconhecidamente, o capitalismo industrial e suas formações de classe, em particular a burguesia e o proletariado fabril, fizeram grandes progressos, em especial depois de 1890. Mas não estavam em condições de desafiar ou suplantar as tenazes estruturas econômicas e classistas do capitalismo preexistente. (MAYER, 1987, 27)

Em 1914, a Europa era não só predominantemente agrária e nobiliárquica, mas também monárquica. O republicanismo era tão incomum quanto o capitalismo financeiro. Havia, é claro, a inveterada Confederação Helvética e a recentíssima república portuguesa. Mas, entre as grandes potências, apenas a França tinha um regime republicano. Embora contestada por monarquistas e católicos irreconciliáveis, novos e antigos, a Terceira República resistiu como um país sem rei mas com aristocracia. As outras nações possuíam ambos, e as coroas e

nobrezas necessitavam e recorriam umas às outras. As nobrezas combinavam seu predomínio social com uma imensa influência e poder políticos. Contavam com sua enorme força política para frear seu declínio econômico crônico, que, se continuasse desimpedido, ameaçaria solapar seu elevado status. Em particular, do ponto de vista das nobrezas fundiárias, os sistemas de autoridade desproporcionalmente receptivos a elas constituíam baluartes essenciais de sua privilegiada posição econômica, social e cultural. É indubitável que, sem essa armadura política protetora, os *anciens regimes* teriam se contraído antes e mais rapidamente. (Idem, 133)

Ainda era uma época em que os têxteis por si sós respondiam por 38% de todas as exportações britânicas, em sua maior parte sob a forma de peças de algodão. (Idem, 46)

É certo que, em 1914, a indústria metalúrgica, incluindo a produção de máquinas e veículos, era o ramo principal, afora a agricultura, em termos de emprego, capitalização e valor da produção. Com uma força de trabalho de 1,7 milhão, ou menos de 7% da população ativa da Alemanha, contribuía com cerca de 10% do produto líquido. Mas uma percentagem considerável desses metalúrgicos trabalhava em oficinas e instalações com menos de 50 trabalhadores. Entre eles, havia também muitos artesãos tradicionais, mesmo nas maiores fábricas. (Idem, 47)

Por toda a Europa, o desenvolvimento industrial teve de se adaptar a estruturas sociais, culturais e políticas duradouras. Até 1914, o capitalismo industrial e financeiro, para nem falar do capitalismo gerencial, continuou a ter importância secundária, não só em termos econômicos, inclusive quanto à economia internacional, mas ainda em termos de classe, status e poder. Embora florescessem idéias liberais, o capitalismo industrial nunca gerou força material e social suficiente para enfrentar com êxito e resistência o *ancien regime*, a favor de uma ordem liberal burguesa. E isso não apenas porque os suportes econômicos e sociais do liberalismo burguês se mantivessem relativamente fracos e inertes. Como se observou acima, a segunda revolução industrial paradoxalmente coincidiu com a prolongada recessão de 1873-1896 e o novo imperialismo ultramarino. Esses desenvolvimentos, de algum modo relacionados, não só incitaram e permitiram que os elementos feudais e não-liberais se reafirmassem, em especial na sociedade política, como também instigaram frações significativas da nova burguesia industrial a se aproximar mais das antigas classes dirigentes e governantes, ao invés de contestar sua primazia. (Idem, 53)

Mas se a Europa Ocidental, segundo esse autor, ainda era praticamente pré-industrial em 1914, então a questão das matérias primas deve ser colocada em segundo plano.

Fragmento V: A questão social.

Para entendermos melhor esta questão, talvez fosse relevante voltarmos nossos olhos para o que acontecia na Europa, um pouco antes do Concerto de Berlim, sim, Concerto, desse jeito mesmo, com S, pois suspeito que estavam tentando consertar a sua própria sociedade, prestes a ruir.

Na Inglaterra, reconhecia Darwin que “se a miséria de nossos pobres não é causada pelas leis da natureza, mas por nossas instituições, grande é a nossa culpa” (DARWIN, 2005, 78).

E nas ruas de Londres a manifestação dessa culpa era traduzida em medo:

No outono de 1887, a tensão atinge seu ponto culminante. O espetáculo de centenas de homens pernoitando nas praças públicas próximas ao West End voltou a alarmar os proprietários londrinos. À observação: “o lugar mais bonito da Europa está transformado num sórdido acampamento de vagabundos”, os desempregados sob a liderança de SDF (Federação Social Democrática) respondem com o slogan: “não à caridade, sim ao trabalho”. Quando, no final de outubro, milhares de desempregados e famintos invadem as praças, os parques e as ruas dos bairros ricos e elegantes da cidade, os proprietários chegam a afirmar que se a polícia não desse conta de “limpar as ruas” eles empregariam bandos armados para fazê-lo. O East End deixara de delimitar o espaço da pobreza, e a sociedade se defende com uma feroz repressão ao movimento dos desempregados no dia 13 de novembro – Domingo Sangrento (“*Bloody Sunday*”) –, expressando seu temor e sua força. (BRESCIANI, 1992, 47-8)

Em Paris ainda estava recente a maior afronta que as elites européias haviam recebido. A Comuna de Paris deixara uma marca indelével dos senhores que não seria por nada esquecida.

Declaração de Princípios da Comuna de Paris, 22/23 de fevereiro de 1871:

Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em conseqüência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes. O produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores. Impedir-se-á, em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer constituinte ou outro tipo de assembleia nacional, antes que a base do atual quadro social seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. A espera desta revolução definitiva não reconhece como governo da cidade mais que a Comuna Revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade. Reconhece como governo do país apenas o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate por esta idéia e a divulgará, formando, onde não existe, grupos socialistas revolucionários. Articulará estes grupos entre si e com a Delegação Central. Porá todos os meios de que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação Internacional dos Trabalhadores. Não haverá mais opressores e oprimidos, fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos. A família, é a primeira forma de associação e todas as famílias unir-se-ão em uma maior, a pátria – nesta personalidade coletiva superior, a humanidade. (COGGIOLA, 2002, 9-10)

Nesse mesmo momento na Alemanha há uma grande manifestação popular diante do palácio de Frederico Guilherme, da Prússia, alastrando-se

para vários estados da federação. A revolta impõe a constituinte. Mas os príncipes alemães retomam o poder e o movimento é derrotado.

Enquanto que na Áustria, cujo império era formado por vários povos (alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, romenos, rutenos, sérvios, croatas, eslovenos, italianos), tem início um forte movimento nacionalista que será violentamente abafado pelo regime absoluto dos Habsburgos.

Em todos esses movimentos, as idéias socialistas estiveram presentes. O primeiro partido socialista irá aparecer na Alemanha em 1864 e no mesmo ano será realizada em Paris a Primeira Internacional dos Trabalhadores e, lembremos, mesmo ano da publicação do livro de Joly (2000).

Fragmento VI: A ideologia funcionava em variados níveis da experiência social.

Desde os discursos, e ações, fomentando o nacionalismo, passando pelos discursos racialistas até os movimentos socialistas, pautados pela luta feroz entre as classes, o caldo ideológico fervia por todo canto.

O discurso ideológico tem como função básica naturalizar a hierarquia:

Há uma primeira maneira de classificar os homens: é dividir os homens no tempo, vale dizer, não reconhecer a cada um por antepassados senão os seus antepassados naturais, negar qualquer reversibilidade de uma família sobre outra; estabelecer, pelo contrário, a absoluta reversibilidade de cada família, atribuir tudo ao nascimento, subordinar o filho ao pai que o concebeu, e fazer do homem um herdeiro. Há uma segunda maneira de classificar os homens. É dividir os homens no espaço, compor agregados de homens, não somente distintos entre si, mas hostis uns aos outros, sob o nome de nação, subordinar o homem à nação e fazer do homem um súdito. (Pierre Leroux, *L'Humanité*, 1840, Apud: FEBVRE, 1995, 127)

Otto Bauer, em 1914, defensor do socialismo universal, complementa: “as nações eram produto da história e se construíam sobre séculos de mesclagem social e sexual de grupos diferentes”. Exemplo era a VSGO (Estados Unidos da Grande Áustria). Assim, os alemães eram uma mistura aleatória de eslavos, celtas e teutônicos e os alemães do início do séc. XX tinham muito mais em comum com franceses e italianos que com os súditos do Sacro Império Romano Germânico.

“A nação era um produto da Grande Transformação que desfizera todas as antigas comunidades isoladas em modernas sociedades industriais, que exigem uma solidariedade baseada em uma cultura abstrata superior, fundamentada na alfabetização”.

Segundo ele, a brutalidade do capitalismo não apenas arrancara os trabalhadores de suas culturas camponesas locais, mas também os privara da entrada nessas culturas nacionais essencialmente criadas pelas classes altas e médias, através da ignorância exausta e empobrecida a que o sistema fabril os mantinham acorrentados. Era tarefa histórica do socialismo ajudá-los a sair dessas trevas e entrar no Iluminismo.

List: mudanças políticas conscientes que alinham capitalismo principiante e Estado moderno, ou seja, grandes economias nacionais, capazes de criar poder suficiente para manter e policiar suas fronteiras.

Marx: “antes de mais nada, o proletariado de cada país deve resolver os problemas com sua própria burguesia”.

Assim, para esses socialistas, o termo nacionalismo foi amplamente empregado para descrever a supressão real ou pretendida, do controle da propriedade privada sobre setores da economia; ele era, por assim dizer, sinônimo de socialização.

Já nos anos de 1960, Ernest Gellner: “o nacionalismo foi uma resposta necessária à Grande Transformação da sociedade agrária estática para o mundo da indústria mecanizada e da comunicação, difundindo culturas superiores, instituídas por vastos sistemas educacionais organizados e financiados pelo Estado, de modo a preparar as pessoas para sobreviverem em situações em que a divisão do trabalho e a mobilidade social fossem muito avançadas”. (BALAKRISHNAN, 2000, 25)

Pois é perfeitamente concebível, e mesmo dentro das possibilidades políticas práticas, que, um belo dia, uma humanidade altamente organizada e mecanizada chegue, de maneira democrática – isto é, por decisão da maioria –, à conclusão de que, para a humanidade como um todo, convém liquidar certas partes de si mesma. (ARENDRT, 1997, 332)

As *Weltanschauungen* e ideologias do século XIX não constituem por si mesmas o totalitarismo. Embora o racismo e o comunismo tenham se tornado as ideologias decisivas do século XX, não eram, em princípio, mais totalitárias do que as outras; isso aconteceu porque os elementos da experiência nos quais originalmente se baseavam – a luta entre as raças pelo domínio do mundo, e a luta entre as classes pelo poder político nos respectivos países – vieram a ser politicamente mais importantes que os das outras ideologias. (Idem, 522)

Toda ordem compõe-se de um impulso e de um agulhão. O impulso obriga o receptor ao seu cumprimento, e, aliás, da forma como convém ao conteúdo da ordem. O agulhão, por sua vez, permanece naquele que a executa. Quando o funcionamento das ordens é o normal, em conformidade com o que se espera delas, nada se vê desse agulhão. Ele permanece oculto, e não se imagina que exista; antes do cumprimento da ordem ele talvez, quase imperceptivelmente, se manifeste numa ligeira resistência.

Mas esse agulhão penetra fundo no ser humano que cumpriu uma ordem, e permanece imutavelmente cravado ali. Dentre todas as construções psíquicas, nada há que seja mais imutável. O conteúdo da ordem preserva-se no agulhão; sua força, seu alcance, sua delimitação – tudo isso foi já definitivamente prefigurado no momento em que a ordem foi transmitida. Pode levar anos, décadas, até que aquela porção fincada e armazenada da ordem – sua imagem exata em pequena escala – ressurgja. Mas é importante saber que ordem alguma jamais se perde; ela nunca se esgota realmente em seu cumprimento, mas permanece armazenada para sempre. (CANETTI, 1995, 305-306)

Fragmento VII: A invenção de tradições na África.

Primeiramente, é imperativo compreender que a África que conhecemos é muito mais recente do que pensamos e o colonizador encontrou oportunistas de plantão a viabilizar, no lado africano, seus projetos:

O sistema recém-criado baseava-se supostamente na tradição e era legitimado pelo costume imemorial. Não era provável que se reconhecesse até que ponto o sistema não era um reflexo da situação contemporânea e uma criação dos administradores coloniais e líderes africanos.

Os britânicos acreditavam erroneamente que os nativos de Tanganica vinham de tribos; os nativos criaram tribos destinadas a funcionar dentro do contexto colonial...A nova geografia política...seria transitória, se não coincidissem com tendências semelhantes entre os africanos. Eles também tinham de viver numa complexidade jovial estonteante, que organizavam com bases de parentesco e amparavam com história inventada. Além do mais, os africanos queriam unidades efetivas de ação, exatamente como os administradores queriam unidades efetivas de governo...

Os europeus acreditavam que os africanos pertenciam a tribos, os africanos criaram tribos às quais pudessem pertencer.

Durante os vinte anos após 1925, Tanganica passou por uma vasta reorganização social na qual os europeus e africanos uniram-se para criar uma nova ordem política baseada na história mítica...Analisando o sistema (de governo indireto), um oficial concluiu que seus principais partidários eram os chefes progressistas...Naturalmente, eles eram as figuras centrais do governo indireto, cuja atitude maior era dar-lhes liberdade de ação. As administrações nativas empregavam muitos membros da elite local...Até mesmo homens que haviam recebido educação, mas sem postos de administração nativa, geralmente reconheciam a autoridade hereditária...Em compensação, muitos chefes recebiam com simpatia os conselhos daqueles homens.

Assim como nacionalistas mais recentes procuravam criar uma cultura nacional, aqueles que construíram as tribos modernas frisavam a cultura tribal. Em ambos os casos, os intelectuais assumiram a liderança...O problema foi sintetizar, "selecionar o melhor (da cultura européia) e diluí-lo no que possuímos". Ao fazê-lo, os intelectuais naturalmente reformularam o passado, de forma que suas sínteses foram, na verdade, novas criações.

Só quando os missionários estudaram cuidadosamente as religiões africanas, durante a década de 1920, é que a maioria dos africanos atreveu-se a ponderar sobre suas atitudes publicamente. Michel Kikurwe, professor zigua e tribalista cultural, contemplava uma era de ouro na sociedade africana tradicional...Samuel Sehoza foi quem lançou a idéia de que as crenças religiosas nativas haviam antecipado o cristianismo

Em cada distrito (escreveu Kikurwe), os homens e mulheres ocupavam-se em ajudarem uns aos outros; ensinavam a seus filhos as mesmas leis e tradições. Todos os chefes tentavam na medida do possível ajudar a agradar ao povo, e o povo retribuía da mesma forma. Todos sabiam o que era legal e o que era contra a lei, e sabiam que existia um Deus poderoso nos céus.

Seria errado ser cínico. O esforço de criar uma tribo Nyakyusa era tão honesto e construtivo quanto o esforço basicamente semelhante, quarenta anos mais tarde, de fazer de Tanganica uma nação. Ambos foram tentativas de construir sociedades em que os homens pudessem viver bem no mundo moderno. (HOBBSAWN, 1997, 258-261)

E o que era esse "mundo moderno"?

Uma das funções da invenção da tradição no século XIX foi dar uma forma simbólica reconhecível e rápida aos tipos de autoridade e submissão em evolução. Na África, e sob a influência por demais simplificadora do domínio colonial, as próprias afirmações simbólicas tornaram-se mais simples e enfáticas. Os observadores africanos da nova sociedade colonial dificilmente poderiam

deixar de perceber a importância que os europeus davam aos rituais públicos da monarquia, às gradações da hierarquia militar, aos rituais da burocracia. Os africanos que procuravam manipular estes símbolos por si mesmos, sem aceitarem as implicações de subordinação dentro de uma neotradição de autoridade, geralmente eram acusados pelos europeus de se preocuparem com ninharias, de confundirem a forma com a realidade e de imaginarem que era possível obter poder e prosperidade apenas imitando práticas rituais. Todavia, embora isso fosse verdade, o excesso de ênfase nas formas já fora criado pelos próprios colonos brancos, cuja maioria era beneficiária, em vez de geradora da riqueza e do poder. Se o monopólio dos ritos e símbolos da neotradição era tão importante para os brancos, não era ingenuidade da parte dos africanos o tentar apropriar-se deles. (HOBSBAWN, 1997, 244-5)

Dito isto, mais como um alerta a erradicar uma África familiar que exista desde os primórdios da modernidade, mas que existe praticamente desde o século XIX. Mas essa nova África, se é que podemos assim denominar, fora marcada por relações oportunistas, no mínimo:

Só que havia uma ambigüidade nas tradições inventadas africanas. Sem levar em conta o quanto elas possam ter sido utilizadas pelos “tradicionalistas progressistas” para introduzir novas idéias e instituições – como a educação obrigatória sob a chefia Tumbuka – a tradição codificada inevitavelmente tornou-se mais rígida de forma a favorecer os interesses investidos vigentes na época de sua codificação. O costume codificado e reificado foi manipulado por tais interesses investidos como uma forma de afirmação ou aumento do controle. Isto aconteceu em quatro situações em especial, pelo menos.

Os mais velhos tendiam a recorrer à “tradição” com o fim de defenderem seu domínio dos meios de produção rurais contra a ameaça dos jovens. Os homens procuravam recorrer à “tradição” para assegurar que a ampliação do papel da mulher na produção no meio rural não resultasse em qualquer diminuição do controle masculino sobre as mulheres como bem econômico. Os chefes supremos e aristocracias dominantes em comunidades que incluíam vários agrupamentos étnicos e sociais apelavam para a “tradição” para manter ou expandir seu controle sobre seus súditos. As populações nativas recorriam à “tradição” para assegurar que os migrantes que se estabeleciam na área não viessem a obter nenhum direito econômico ou político. (Idem, p.261)

E aqui precisamos discutir melhor a interpretação do autor. A mim me parece que todas essas novas conveniências apresentaram-se vantajosas não para ampliar um domínio já pré-existente, mas, em cada uma das quatro situações oferecerem a oportunidade de uma mudança radical no modo de vida verdadeiramente tradicional (“neotradição de autoridade”). Os mais velhos viram-se na condição de imitar os dominadores e tornarem-se dominadores na nova ordem; os homens erradicavam o importante papel das mulheres; os chefes, cujo poder devia ser similar ao dos chefes indígenas da América, ou seja, desprovido de poder, mas carregado de significado, usurpavam o poder de fato no salto quântico da mudança imposta de fora e, diante de uma nova cultura da inimizade e do confronto, seqüela imediata do empoderamento, os membros da comunidade tornavam-se etnocentristas furiosos.

A continuação do mesmo é mera naturalização e anacronismo; é o *escotoma*.

Fragmento VIII: A história.

Parece necessário apontar aqui um dos aspectos da história, essa disciplina, ciência ou braço político que não foi institucionalizada para qualquer coisa, mas para legitimar e convencer, primeiro a si própria, ou a seus preceptores e, a seguir, todos os confessores do Estado-nação que nasciam junto com ela.

Os historiadores são o banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado – toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles. (HOBBSAWM, 1998, 37)

Por que todos os regimes fazem seus jovens estudarem alguma história na escola? Não para compreenderem sua sociedade e como ela muda, mas para aprová-la, orgulhar-se dela, serem ou tornarem-se bons cidadãos dos EUA, da Espanha, de Honduras ou do Iraque. E o mesmo é verdade para causas e movimentos. A história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como o demonstra a história das nações e nacionalismos modernos. (idem, 47-48)

Fragmento IX: A instituição.

Mas se os historiadores assim procedem é porque ganham com isso. Não ganham somente prestígio, mas principalmente recebem um espaço para exercer seu próprio poder, como bonecos títeres que pelo serviço prestado recebem a liberdade de fantoches e um palco de regalias.

Com a idade, suavemente estimulados por gente mais jovem – é a vida –, entramos sem nos dar conta nesses espaços frios, solenes, onde estão estacionados os antigos, enfileirados e embalsamados nas honrarias, espaços onde, cobertos de plumas, espadas e condecorações, eles fazem figuração de luxo nas liturgias do poder intelectual. Sua função principal já não é agir. Aquilo a que dão polidamente o nome de sabedoria não será na realidade uma deterioração da atividade criadora? O que ainda lhes é autorizado é aconselhar aqueles que agem.

Orientadores de tese, contando os minutos do outro lado da barreira durante as longas horas sonolentas das defesas, participando de outros júris incumbidos da distribuição de prêmios e recompensas, membros e logo presidentes de conselhos dos mais diferentes tipos, benévolos, mas amplamente recompensados pela ilusão de serem poderosos, eles já não executam encomendas, estando agora na posição de fazê-las a outros, para as coleções

que dirigem a pedido de um editor. Gostam de ser alvo de dedicação, colocam e apóiam seus protegidos, patrões, ou antes padrinhos. Pois se a feudalidade, como demonstrou Marc Bloch, repousa numa trama de vínculos pessoais, a pequena sociedade rabugenta formada na França pelos universitários pode ser considerada feudal. É um tecido de clientelas. Por muito tempo vassalos, obrigados a reverenciar e servir um senhor, esses veteranos transformados em senhores defendem encarniçadamente seus feudatários. Por um contrato tácito, e quase sempre respeitado, as graças recebidas obrigam estes últimos a não contrariar aquele que os ajudou. Em caso de eleição, jogo dos mais agradáveis, vêm-se forçados a falar em favor do candidato que seu protetor protege e contra aqueles que lhe desagradam.

É o momento de zelar pelos seus interesses. Tornamo-nos extremamente vulneráveis. Não me refiro à inveja, aos rancores, à ingratidão. Falo do medo de ser esquecido, que leva a falar demais, e muito alto. Falo do tempo desperdiçado em futilidades, de uma certa tendência a perder a cabeça, a tomar-se pelo que não se é. Mas o perigo mais grave, em minha opinião, aumentou recentemente, quando mudou a situação dos livros que escrevemos, quando se tornaram produtos de amplo consumo, mercadorias lançadas com grande apoio publicitário. Para vendê-los, transformam-se os autores em estrelas. Perigosa é nossa entrada no grande público, a inclinação a satisfazê-lo. Dito isto, ao fim de uma vida, ricos de experiência e já não dando grande importância às vaidades, temos a sensação de atingir a plena liberdade. Quanto às honrarias, servem para nos manter eretos, algo rígidos, mas atentos à louca esperança de ainda conseguirmos nos superar. (DUBY, 1993, 127-8)

Fragmento X: A dominação.

Pois no fundo toda instituição é o espelho e a ferramenta da mesma e única coisa: do domínio. O mesmo movimento que acontece na Europa ou dentro de um determinado país, acontece nas instituições que vitalizam o poder e que, por sua vez, exportam a mesma estrutura para fora do centro e o inoculam sem pudor.

Pensemos numa visão que nos é familiar: as dramáticas imagens de crianças, mulheres e homens esqueléticos que nos vem da Biafra e de outros lugares da África. A pergunta que nos obrigamos a fazer é como isso aconteceu, pois essas pessoas, num passado não tão remoto, viviam sem esses problemas de falta de alimentos.

A resposta é bem simples: o imperialismo de fins do século XIX destruiu suas formas tradicionais de sobrevivência e nada colocou no lugar. Agora, instituições caridosas do mundo todo tentam ajudá-las a sobreviver. A ironia dessa questão está no fato de que a culpa de tanta tragédia parece ser uma exclusividade das vítimas e os brancos são seus salvadores caridosos. Reflito sobre o filme *O jardineiro fiel*.

De modo geral, existe um programa eurocêntrico para a África. Destruição de modos de vida tradicionais; empoderamento de certos grupos na opressão de outros; com a independência, instalação das macrosolidariedades do Estado-nação; naqueles que detinham alguma riqueza e que, por algum tempo, sentiram o sucesso do desenvolvimento (pelo menos na perspectiva de

suas elites) e que rapidamente viram sucateada sua infraestrutura com a derrocada da crise do petróleo de 1973; endividamento com o FMI e o Banco Mundial; e destruição final com endividamento (no caso da Zâmbia, as fábricas de roupas – base desenvolvimentista de países pobres – foram destruídas com a “doação” de roupas de segunda mão vindas dos Estados Unidos e Europa).

Na fase do empoderamento, restos violáceos do tempo em que os belgas infernizavam os tutsis naquilo que um dia viria a ser Ruanda ainda podem ser resgatados em nome de alguma sanidade, na recusa de um discurso odioso que afirma, quase sempre, que depois que os europeus deixaram a África a selvageria retornara com mais violência:

Nada define tão vividamente a partilha quanto o regime belga de trabalhos forçados, que requeria verdadeiros exércitos de hutu para labutar em massa nas plantações, na construção de estradas e na silvicultura, sob as ordens de capatazes tutsi. Décadas depois, um velho tutsi rememorou a ordem colonial belga a um repórter com as palavras: ‘você açoita um hutu ou nós açoitamos você’. (GOUREVITCH, 2006, 55-56)

Um outro eco advém da estranha aventura que Joseph Conrad viveu na incauta subida do rio Congo e que resultou em dois produtos inverossímeis: o livro *O Coração das Trevas* e o filme *Apocalypse Now*.

Nos dois casos, a experiência de invasão que europeus ou norte americanos promoveram em regiões ignotas resultou na loucura que a saturação do poder costuma exercer sobre alguns homens. Kurtz, o mesmo homem das duas experiências, torna-se uma espécie perversa de divindade. E em ambos os casos, o poder instituído que os enviara, ciente de seu descontrole, exige sua cabeça.

Há algo de justiça poética nessa história. Arremessados à mortandade, esses homens se tornam mais poderosos que o poder que os enviara e utilizam esse poder contra seus antigos chefes.

Como tão bem lembra Marlon Brando no papel de Kurtz em *Apocalypse Now*, os “quitandeiros e vendeiros que enviaram seu assassino” para detê-lo deveriam retornar à sua própria podridão, à degenerescência de sua própria civilização.

O trecho a seguir transcreve o momento em que Conrad se dá conta do enorme poder de Kurtz:

Agora eu tinha subitamente uma visão mais próxima, e minha primeira reação foi jogar a cabeça para trás, como se tivesse recebido um soco. Examinei, então, cuidadosamente, poste por poste, com um binóculo, e enxerguei meu erro. Aquelas protuberâncias arredondadas não eram ornamentos, mas símbolos: expressivos e enigmáticos, impressionantes e perturbadores – alimento para o pensamento e também para os abutres, se houvesse algum olhando para baixo no céu; e, de uma forma ou outra, para as formigas suficientemente capazes de escalar o poste. Teriam sido ainda mais impressionantes aquelas cabeças em

cima das estacas, se suas faces não estivessem voltadas para a casa. Apenas uma, a primeira que eu avistara, estava virada em minha direção. Não fiquei tão chocado quanto possam pensar. O sobressalto para trás que tivera não fora nada além de um movimento causado pela surpresa. Eu esperava ver ali uma bola de madeira, percebem. Retornei deliberadamente à primeira que havia enxergado – e lá estava, negra, seca, encovada, com as pálpebras fechadas –, uma cabeça que parecia dormir no topo de um poste, e com os lábios secos e murchos exibindo uma estreita e branca fileira de dentes, que sorria também, sorria continuamente para algum infinito e jocoso sonho daquele sono eterno. (CONRAD, 2002, 123-6)

O sono da razão engendra monstros? Não, melhor seria afirmar que é a própria razão que engendra monstros, pois a morte experimentada em sua expansão, tão racionalmente engendrada, contabilizada nas balas que a administração distribuía aos matadores e nas orelhas que deveriam trazer para os cálculos era fruto não de nenhuma forma de barbárie, mas da mais exata racionalidade, que mais tarde seria empregada nos cálculos genocidas de outros holocaustos.

(...) O admirador do sr. Kurtz estava um pouco cabisbaixo. Numa voz apressada e indistinta, começou a assegurar-me de que não ousara colocar aqueles símbolos por assim dizer. Não que tivesse medo dos nativos; não davam um passo antes do sr. Kurtz pronunciar palavra. A ascendência dele era extraordinária. Os acampamentos dessa gente cercavam o lugar, e os chefes vinham vê-lo todos os dias. Eles rastejavam... 'não quero saber de nada sobre as cerimônias executadas ao se aproximarem do sr. Kurtz', gritei. Curioso esse sentimento que surgiu em mim de que tais detalhes seriam mais intoleráveis do que todas aquelas cabeças secando nas estacas sob as janelas do sr. Kurtz. Afinal, aquilo era apenas uma visão selvagem, ao passo que eu parecia haver sido transportado, num salto, para o interior de uma sóbria região de horrores sutis, onde a pura e simples selvageria era um verdadeiro alívio, sendo algo que tinha direito de existir – obviamente à luz do sol. (Idem, *ibidem*)

A questão realmente importante, ainda, consiste no vaticínio de Pascal, pois a África de nossos dias é uma invenção de fins do século XIX:

O povo não deve sentir a verdade da usurpação: ela foi um dia introduzida sem razão e tornou-se razoável; é preciso fazer que ela seja vista como autêntica, eterna, e esconder o seu começo se não quisermos que logo tenha fim. (PASCAL, *Pensamentos*, 1623-1662)

Pois, ao contrário do que imaginamos,

A vida cultural da África negra permaneceu basicamente não afetada pelas idéias européias até os últimos anos do século XIX, e a maioria das culturas iniciou nosso século com estilos de vida muito pouco moldados pelo contato direto com a Europa. O comércio direto com os europeus – e especialmente o

tráfico de escravos – havia estruturado as economias de muitos dos Estados da costa africana ocidental e de seu interior desde meados do século XVII, substituindo o vasto comércio de ouro que existia, no mínimo, desde o Império Cartaginês, no século II a.C. No início do século XIX, à medida que o comércio escravagista entrou em declínio, os óleos de babaçu e de amendoim tornaram-se as principais exportações para a Europa, sendo posteriormente seguidos pelo cacau e pelo café. Mas a colonização direta da região só começou para valer no fim do século XIX; e a administração europeia de toda a África Ocidental só foi conseguida – após muita resistência – quando o califado de Sokoto foi conquistado, em 1903 (APPIAH, 1997, 241).

E, segundo esse mesmo autor, em pouco tempo o estrago já estava feito:

As ideologias obtêm êxito na medida em que são invisíveis, no momento em que sua trama de pressupostos fica aquém da consciência; as verdadeiras vitórias são obtidas sem que se dispare um tiro. Na medida em que o mais ardoroso dos nacionalistas culturais da África participa da naturalização – universalismo, frente a um silencioso *nolo contendere*, já ocorreu. O imperador ocidental ordenou que os nativos trocassem suas túnicas por calças: o ato de contestação destes consiste em insistir em cortá-las em tecido de fabricação doméstica. Considerados os seus argumentos, é óbvio que os nacionalistas culturais não vão suficientemente longe; ficam cegos para o fato de que suas demandas nativistas habitavam numa arquitetura ocidental. (Idem, 94)

O estrago era ainda maior, pois para além das picuinhas autoritárias, a própria noção de nacionalismo havia sido imposta de modo irreversível ao continente. Quando Kwame Nkrumah, em meados do século XX gritava sobre a descolonização, o modo de vida já havia sido irremediavelmente comprometido: “A África para os africanos!”, exclamei. (...) “Um Estado livre e independente na África. Queremos poder governar-nos neste nosso país sem interferência externa. (...)”. (Idem, 19)

Pois,

No Zaire, constata-se que uma extensa divisão lingüística (entre o lingala e o swahili) é um produto da história recente, um efeito da estratificação dos trabalhadores, imposta pelo governo belga. Na verdade, a própria invenção da África (como algo mais do que uma entidade geográfica) deve ser entendida, em última instância, como um subproduto do racismo europeu; a idéia de pan-africanismo fundamentou-se na noção do africano, a qual, por sua vez, baseou-se, não numa autêntica comunhão cultural, mas no próprio conceito europeu de negro. “O negro”, escreve Fanon, “nunca foi tão negro quanto a partir do momento em que foi dominado pelos brancos”. Mas a realidade é que a própria categoria do negro é, no fundo, um produto europeu, pois os “brancos” inventaram os negros a fim de dominá-los. Dito de maneira simples, o curso do nacionalismo cultural na África tem consistido em tornar reais as identidades imaginárias a que a Europa nos submeteu. (Idem, 96)

Podemos encerrar este ensaio com esta contundente afirmação sobre a história e suas conseqüências:

“Eis-me aqui”, escreveu certa vez Senghor, “tentando esquecer a Europa no coração pastoril do Sine”. Para nós, porém, esquecer a Europa é eliminar os conflitos que moldaram nossas identidades; e, como é tarde demais para escaparmos uns dos outros, poderíamos, em vez disso, tentar colocar a nosso favor as interdependências mútuas que a história lançou sobre nós. (Idem, 110)

...que a história lançou sobre nós.

Considerações finais.

Portanto, podemos perfeitamente elaborar a seguinte hipótese para o primeiro e mais violento movimento imperialista contemporâneo: foi a primeira tentativa de unir num mesmo propósito de morte as elites européias e o nervoso proletariado europeu.

Nesse momento, o discurso ideológico conduziu um vasto contingente humano para empregar a maior expressão do poder a que um ser humano pode conceber: eliminar, de maneira consentida e legal, a vida de outros seres humanos, embasados num discurso civilizador.

O imperialismo configurou em tentativa de arrumar, de consertar os problemas que Alemanha, França, Inglaterra, dentre outros, entendiam como insolúveis e perigosamente explosivos, colocando em risco o próprio ordenamento do poder em seus instáveis territórios, no coração das metrópoles.

É bem verdade que a estratégia, nesse sentido, não fora bem sucedida, pois nem bem terminara esse esforço, os mesmos problemas voltavam a pressionar os poderes que igualmente já construía um novo discurso para manter esse enorme contingente humano em níveis aceitáveis de dominação: o discurso nacionalista.

Experimentados em matar o diferente, pautados pelos discursos racialistas, marcados pelo pleno e fácil reconhecimento do “inimigo”, cuja pele era negra, cuja religião era outra, cujo olho era puxado, o segundo movimento tratava de um desafio muito mais complicado: matar o semelhante, o europeu que, além do fato de pertencer à classe subalterna dos proletários, em nada denunciava a condição de inimigo.

Alemães teriam que aprender a odiar franceses, ingleses teriam que odiar prussianos que deveriam odiar franceses que deveriam odiar alemães.

Depois, teriam que aprender e aceitar matar os vizinhos, os parentes, os irmãos.

Guilherme II já sinalizava esse futuro em 1891:

Os senhores juraram-me fidelidade; isso significa que os senhores são meus soldados...Dada a agitação socialista atual, é possível que eu lhes ordene que atirem em membros da sua família, irmãos ou até mesmo pais. Mas mesmo então, será preciso que os senhores executem minhas ordens sem um murmúrio. (LOUREIRO, 2005, 25)

Autorizada a citação e/ou reprodução deste texto, desde que não seja para fins comerciais e que seja mencionada a referência que segue. Favor alterar a data para o dia em que acessou-o:

BONZATTO, Eduardo Antonio. Colonialismo em África: um outro olhar para o sistema de dominação eurocêntrico. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:
<http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Colonialismo_em_Africa.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2010.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ARRUDA, José J. de; PILETTI, Nelson. **Toda a história**. São Paulo: Ática, 1996.

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRUSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANEDO, Letícia B. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. S.Paulo: Cia das Letras, 1995.

CARROL JR., Harry. **The development of civilization**. Nova York: Scot Foreman, 1966.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002.

- CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- DARWIN, Charles. **A viagem do Beagle**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995.
- FERRO, Marc (org). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- HERÉ, Jacques (org.). **História contemporânea**. São Paulo: Círculo do livro, sd.
- HERNADEZ, Leila leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, [200-?].
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. et al. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JOLY, Maurice. **Diálogos no inferno entre Maquiavel e Montesquieu**. Nova York: Calibra, 2000.
- LEROY-BELAIEU, Paul. (1843-1916) **De la Colonisation chez les peuples modernes (Sobre a colonização entre os povos modernos), 1874**. Paris: Gallimard, 1998.
- LOUREIRO, Isabel. **A Revolução alemã (1918-1923)**. São Paulo: Unesp, 2005.
- MAYER, Arno. **A força da tradição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- WESSILING, Henk, L. **Dividir para dominar**. A partilha da África.(1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora Revan, 1998.